

REVOLTA DOS POSSEIROS: COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

SQUATTERS' REVOLT: COLONIZATION OF SOUTHWESTERN PARANÁ STATE

LA REVUELTA DE LOS "POSSEIROS": COLONIZACIÓN DEL SUROESTE DEL ESTADO PARANÁ (BRASIL)

Marisa Aparecida Possatto Stormoski

Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 06 - 2017.

Maria do Carmo Amaral

Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

RESUMO

Este estudo analisa como ocorreu a colonização das terras das glebas Missões e Chopim (parte desta última), localizadas na macrorregião Sudoeste do estado do Paraná, buscando criar um contexto histórico e uma cronologia dos fatos principais que ocorreram por volta da década de 1940, estendendo-se até meados de 1960. Sob um contexto de revoltas e conflitos entre a União e o Governo Paranaense, e entre as companhias colonizadoras e os posseiros¹ (agricultores/moradores), tentou-se promover a posse das terras de forma correta e organizada pela justiça. A este conflito se deu o nome de Revolta dos Posseiros. Analisaremos, também, os benefícios e os prejuízos trazidos com a revolta, assim como as mudanças que ocorreram na estrutura fundiária e no ambiente da região. Como um plano de fundo, trabalharemos esse contexto de colonização ou chegada da civilização como uma espécie de reforma agrária para a região Sudoeste do Paraná.

Palavras-chave: Revolta. Colonização. Reforma agrária.

ABSTRACT

This study analyzes how the lands of 'Missões' and 'Chopim' (part of it), located in the Southwestern macroregion of the state of Paraná, were colonized, seeking to create a historical context and a chronology of the main facts that occurred around the 1940s. until mid-1960. Under a context of revolts and conflicts between the Union and the Paraná State Government, and between the colonizing companies and the squatters (farmers / residents), they tried to promote land tenure correctly and organized by justice. This conflict was called the 'Posseiros' [squatters'] Revolt. We will also analyze the benefits and harms brought about by the revolt, as well as the changes that have occurred in the region's land structure and environment. As a background, we will present this context of colonization or arrival of civilization as a kind of land reform for the Southwestern region of Paraná.

Keywords: Revolt. Colonization. Land reform.

RESUMEN

Este estudio analiza como ocurrió la colonización de las tierras de Missões y Chopim (parte de esta última), ubicadas en la macrorregión suroeste del estado de Paraná (Brasil), tratando de recrear el contexto histórico y una cronología de los principales hechos que se inician alrededor de la década de los años 40 y que se extienden hasta la mitad de los 60. En un contexto de revueltas y conflictos entre la Unión y el gobierno del

¹ Posseiro: aquele que está de posse de uma terra devoluta.

Estado de Paraná, y entre las compañías colonizadoras y los “posseiros” (agricultores/moradores), se intentó promover la tenencia de la tierra de forma correcta y organizada por la justicia. Ese conflicto se denominó la Revuelta de los “Posseiros”. Se analizarán, también, los beneficios y prejuicios generados por la revuelta, así como los cambios sucedidos en la tenencia de la tierra y en el ambiente de la región. Como si fuera un telón de fondo, trabajaremos ese contexto de colonización o llegada de la civilización como una especie de reforma agraria para la región suroeste de Paraná.

Palabras-clave: Revuelta. Colonización. Reforma agraria.

INTRODUÇÃO

A área do estudo localiza-se na região Sudoeste do estado do Paraná, que foi colonizada principalmente por migrantes italianos e alemães vindos dos estados de Santa Catarina e, em maior parte, do Rio Grande do Sul. Terras boas para o cultivo, clima propício, muitos recursos disponíveis e terras “grátis” foram os fatores que impulsionaram a migração das pessoas para esta região.

O trabalho apresenta os principais conflitos pela posse das terras, começando pelo período imperial com Dom Pedro II (1831-1889), passando para as companhias ferroviárias, para o empresário José Rupp (1898-1962), logo para a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), passando pelo governo e finalizando nas mãos dos colonos. Em meio ao processo de sucessão das terras até finalizar nos colonos, houve um conflito maior entre a companhia CITLA e os próprios colonos, que resultou em revoltas, violência e mortes, sendo que esse acontecimento ficou conhecido como a “revolta dos colonos”.

O objetivo do artigo é apresentar os fatos que ocorreram nessa região nas décadas de 1950, 60 e 70, contextualizando as revoltas e fazendo uma aproximação do ocorrido como uma espécie de “reforma agrária” para a região. Em seguida se discriminarão algumas características dessa “reforma”.

O artigo está constituído por três temas principais. O primeiro trata sobre a sucessão da posse das terras entre os que se envolveram no conflito; o segundo comenta sobre o que as companhias CITLA e Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) estavam desenvolvendo na região; e o terceiro trata da revolta em si e os seus desdobramentos principais. Em seguida, são feitas análises sobre o conflito em torno dos acontecimentos e o que eles representaram para a região e para a população local.

REVOLTA DOS POSSEIROS: COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

O contexto histórico aqui estudado tem como baliza inicial a década de 1880 quando, pouco antes da queda de seu império, Dom Pedro II concedeu ao Engenheiro João Teixeira Soares uma faixa de terra para a construção de uma estrada de ferro, que ligaria a cidade de Itararé (SP) a Santa Maria da Boca do Monte (RS), tal ferrovia levaria o nome de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). A faixa de terra vinculada à companhia seria de no máximo 30 km para cada lado da estrada de ferro. Com o surgimento da República, a condição dessas terras foi mantida, e embora o engenheiro João Teixeira não tenha construído a estrada de ferro, ele repassou a posse das mesmas para a empresa *Belga Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, que ficou encarregada das obras.

Com os fracassos por conta da empresa Belga, por conta de não possuir condições de arcar com a obra sozinha, surge a necessidade de criar uma empresa nova, e em 1893, é fundada a companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), que trabalhara juntamente com a empresa Norte-Americana Brasil Railway Company. Junto com a empreitada, as empresas receberam as terras em questão como forma de pagamento, as quais foram tituladas em 1913 e 1920, em nome da companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Tais terras conhecidas como gleba Missões e uma parte da gleba Chopim, ambas são localizadas na região sudoeste do Paraná, especificamente nos atuais municípios de Capanema, Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Dois Vizinhos, Pranchita, Verê, dentre outros.

No entanto no início do séc. XX, o governo de Santa Catarina doa uma parte dessas mesmas terras ao empresário catarinense José Rupp, o que desencadeia uma disputa judicial entre a companhia EFSPRG, e o empresário. A disputa jurídica se estendeu pelos anos de 1920 até 1938 quando foi confirmado que parte daquelas terras eram realmente de Rupp, que ainda não satisfeito processou a companhia, solicitando uma indenização devido aos prejuízos herdados no longo período em que a disputa se estabelecia (ABRAMOVAY, 1981).

Em 1940, o presidente Getúlio Vargas juntamente com o governo federal criou a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPN), à qual foi incorporada a companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), e também a empresa Brasil Railway Company, juntamente com as terras localizadas nas glebas Missões

e Chopim. Portanto, neste caso, para José Rupp se tornava mais difícil receber sua dívida, pois agora seu conflito era com o governo federal. Depois de inúmeras tentativas frustradas e negociações falhadas, o empresário se cansa, e em 26 de julho de 1950 vende seus créditos à empresa Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA).

Getúlio Vargas dentro de seus objetivos no governo da República tinha em mente um projeto que ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”. Neste projeto estava estipulada a ocupação das terras distantes, consideradas desocupadas; ocasionalmente faziam parte dessas áreas as terras do Sudoeste no Paraná, região da gleba Missões e parte da gleba Chopin. Para coordenar esta ocupação, é criada a companhia conhecida como Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) (Decreto-lei nº 12.417 de 12/5/1943) (ABRAMOVAY, 1981).

O objetivo do governo com a criação da CANGO era fazer o povoamento efetivo da área, até então devoluta, e ajudar as pessoas a se instalarem no local; para isso eram utilizados os meios de comunicação da época, as rádios e jornais.

Segundo PECOITS (1978, p. 33, apud ABRAMOVAY, 1981, p. 53), o colono “chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça... O serviço de máquinas era muito bom, bem como o serviço de escritório e topografia”. O serviço do agricultor era somente derrubar a mata e cultivar seus produtos. Por trás de todos esses benefícios, havia um problema, o de que a CANGO apenas dava a posse legal das terras para os colonos e não as titulava em nome dos mesmos. Portanto, os colonos eram chamados de posseiros e segundo a visão da companhia CITLA, eram suscetíveis à perda da posse.

Mesmo as terras estando em *sub-judice*² e a CITLA atrás de processos tentando readquiri-las, esta se instalou no sudoeste, com uma central na cidade de Francisco Beltrão em 1951. Através da grilagem, ela conseguia declarar propriedade das terras, podendo assim cobrar dos colonos altos valores pelas áreas por eles possuídas.

A CITLA, formada por particulares e junto a esses o Governador do Paraná Moysés Lupion (1908-1991), mediante a contratação de jagunços, impôs aos colonos que pagassem pelas terras, das quais já eram considerados donos segundo a CANGO (só não possuíam um papel atestando a propriedade da posse), o que deu início à revolta, que se agravava em

2 Sub-judice: Expressão latina que designa alguma coisa que ainda está sob a apreciação judicial.

1956 com a criação de duas outras companhias ligadas à CITLA, a COMERCIAL (Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda) e a APUCARANA (Companhia Imobiliária Apucarana Ltda) para que auxiliassem na venda das terras (PEGORARO, 2008, pg.110).

O medo por parte dos colonos os fazia assinar os papéis de contratos de compra, que a companhia mandava através dos jagunços. Muitos se negavam a assinar e eram linchados. “Muitos colonos recusavam-se a assinar tais contratos, porque não tinham certeza de sua validade e os papéis usados eram geralmente folhas amassadas, papéis de embrulho ou de maços de cigarros, nos quais o jagunço assinava seu apelido” (VORPAGEL, s/d, p.7).

Alguns políticos contrários a Lupion saíram pelos interiores alertando os colonos sobre a ilegalidade dos papéis e recomendavam que não os assinassem. Foi aí que a violência aumentou. “O terror espalhou-se pela região: muitos colonos fugiam e se escondiam no mato, deixando mulheres e filhos desprotegidos nos ranchos, aonde estes pagavam a conta de forma brutal” (VORPAGEL, s/d, p.7). Houve alguns casos que provocaram reações de revoltas nos colonos, o que ajudou na culminação do levante, como o que ocorreu com a família de João Saldanha que matou um jagunço. Para vingar a morte, a COMERCIAL mandou jagunços para sua casa, mas conseguiu escapar pelos fundos com uma criança, deixando a mulher e duas crianças para trás. Os jagunços, de forma muito brutal, abusaram da mulher e depois mataram os três.

Com a pressão aumentando entre colonos e companhias, a violência praticada pelos jagunços e a titulação das terras que não ocorria, em outubro de 1957 deu-se o levante generalizado, onde os colonos foram à luta para reivindicar a expulsão das companhias junto de seus jagunços e reviver a paz e tranquilidade daquele local. Como a maioria das revoltas, isso não ocorreu de forma simples. Colonos vinham de todas as partes com suas foices, facões, espingardas e revólveres, lutar contra os jagunços que possuíam metralhadoras e muitas munições.

A organização do levante também foi dada através das rádios locais, situadas nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, que começaram a apoiar os colonos, mantendo-os atualizados e os convocando para as reuniões e emboscadas.

Além da ajuda das rádios, os colonos também obtiveram ajuda dos “farrapos³”.

³ Farrapos era a designação que se dava nessa zona a indivíduos foragidos da justiça que se escondiam nos sertões do Baixo Iguaçu (COLNAGHI, 1984, p.119)

Segundo VORPAGEL (s/d, p.10), os farrapos “eram oriundos do Rio Grande do Sul, famosos pela valentia, liderança e uma concepção própria de justiça”. Estes lideraram centenas de colonos que foram defender seus direitos e expulsar as companhias. Em uma de suas oportunidades, o farrapo Pedro Santin (chamado também de guerrilheiro da fronteira) e seu grupo conseguiram matar o presidente da companhia APUCARANA e expulsar os jagunços da cidade de Capanema. Incendiaram o escritório da empresa e acabaram com os conflitos que ali existiam. Foi a primeira cidade a conseguir essa conquista.

Então, pela rádio comandada pelo radialista Ivo Thomazoni, foram chamadas todas as pessoas da região e após isso centenas de pessoas começaram a se aglomerar na cidade, homens, mulheres e até crianças, armados, se juntaram para uma reunião, onde iriam decidir o que fazer para resolver os conflitos.

Dessa reunião surgiu uma comissão com o objetivo de ir até a capital conversar com o governador e achar uma solução, e também de enviar cartas para o Presidente da República, para o Ministro da Guerra e demais representantes para que os mesmos entendessem a urgência e atendessem seus pedidos. Dessa forma, “o Ministro da Guerra, Teixeira Lott, deu um ultimato ao governador do Paraná Moysés Lupion. Teria que fechar as companhias imobiliárias e acomodar os colonos. Caso contrário, haveria intervenção federal na região. Foi então decidido pelo governo paranaense afastar definitivamente as companhias da região. O interesse político a nível nacional acabou prevalecendo sobre o interesse econômico das companhias”⁴.

Em Pato Branco o levante ocasionou a vinda do Major Reinaldo Machado, o qual nomeou Jácomo Trento (comerciante) como delegado da cidade e encarregado de prender os jagunços. Vários jagunços foram presos, mas seu maior feito foi capturar o famoso jagunço conhecido como Maringá. O clima foi se tranquilizando, o Major Machado continuou com a administração da delegacia e a população foi voltando aos poucos para suas residências.

A situação de Pato Branco repercutiu sobre toda a região fazendo com que desse coragem à população de Francisco Beltrão a seguir o levante. Em 10 de outubro, o médico Walter Pecoits e o comerciante Luiz Prolo foram os comandantes do levante em Francisco Beltrão, onde conseguiram reunir mais de 6 mil colonos e tomaram a cidade⁵. As estradas

⁴Adaptado de GOMES (2005, p. 95 e 96 apud VORPAGEL, s/d, p.12)

⁵ Como retaguarda, isso é importante salientar, os colonos tinham a ação do Batalhão do Exército, sediado

e o campo de aviação foram bloqueados. Então,

em verdadeira marcha de guerra, cantando o Hino Nacional os colonos dirigiram-se para os escritórios das companhias CITLA e Comercial, destruindo tudo o que havia dentro. Os documentos e as notas promissórias assinadas sob coação foram rasgadas e jogadas ao vento. As ruas da cidade ficaram brancas com os papéis e documentos das duas companhias (COLNAGHI, 1984, p. 142).

Com a chegada do Chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Jr, a Francisco Beltrão para as negociações com os colonos, houve uma conquista. O chefe de polícia concordou em atender as exigências feitas pelos colonos e isso trouxe mais tranquilidade e esperança para as pessoas. O Dr. Pecoits foi nomeado como novo Delegado Regional de Polícia de Francisco Beltrão.

A partir da conquista de Capanema, Pato Branco e Francisco Beltrão, sobrara Santo Antônio para ser conquistada. No dia 12 de outubro foi a vez do levante em Santo Antônio, liderado por Augusto Pereira e com a forte participação do advogado Edu Potiguara Bublitz. Os colonos invadiram a companhia APUCARANA e jogaram todos seus papéis nas ruas, destruindo-os. E assim realizaram o mesmo acordo que ocorreu em Francisco Beltrão entre os colonos e o Chefe de Polícia do Estado.

Passadas semanas após os acordos, soldados do Exército tomaram as cidades de Francisco Beltrão e Santo Antônio, visando ganhar maior tempo para a retomada do controle da região. Em Francisco Beltrão a situação era mais calma, evitando-se conflitos entre a polícia militar e o exército, mas em Santo Antônio se instalaram em forma de ataque para, se acaso aparecessem os colonos, estarem prontos para atacar.

Depois da tomada feita pelo Exército, realizou-se uma reunião com os líderes dos colonos e o Dr. Rubens Martins (ex-Delegado, destituído pelos colonos) em nome do Governo Estadual e propôs anistia e ofereceu não prender os colonos, com a condição que o Dr. Walter Pecoits fosse destituído do cargo de delegado e um oficial de alta patente como Delegado especial assumisse seu lugar (COLNAGHI, 1984, p. 155). Com a aceitação dos requisitos, os soldados do Exército e a polícia Militar se retiraram dos seus postos e os colonos voltaram às suas atividades do cotidiano.

“A expulsão das companhias trouxe aos colonos apenas uma vitória parcial, visto que venceram, mas ainda continuavam sendo posseiros, vivendo uma situação instável e

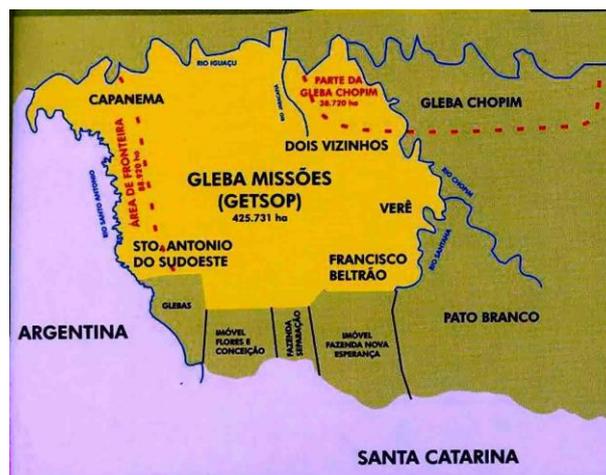
na cidade, que os ajudou na conquista. (COLNAGHI, 1984, p. 142)

insegura” (COLNAGHI, 1984, p.155). Apesar da vitória parcial, a revolta chegara ao seu fim e a esperança de terem seus títulos de propriedade toma conta dos colonos. No entanto, foi somente cinco anos após a revolta que a solução realmente foi efetivada.

A GETSOP e sua “reforma agrária”

O então Presidente João Goulart (1919-1976) desapropriou as terras em disputa, fez com que os governos estadual e federal desistissem das terras e criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), ligado diretamente à Presidência da República (VORPAGEL, s/d, p.15).

Localização da área em litígio no sudoeste do Paraná onde a GETSOP se instalou para regularizar as terras dos posseiros



Fonte: Caderno Cultural. Prefeitura de Francisco Beltrão.⁶

O trabalho do GETSOP foi de colonizar as terras agora desapropriadas, demarcando e dividindo corretamente cada área pertencente a cada colono, respeitando sua posse. Segundo Wachowicz (1985, p.289 apud VORPAGEL, s/d, p.15), “sob a chefia do engenheiro Deni Schwartz, o GETSOP regularizou e titulou 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos. Somente 4 propriedades não foram tituladas, porque os vizinhos não entraram num acordo. Quer dizer, praticamente todas as propriedades foram regularizadas, respeitando-se a posse anterior que cada colono ocupara.” Foi o único levante bem-

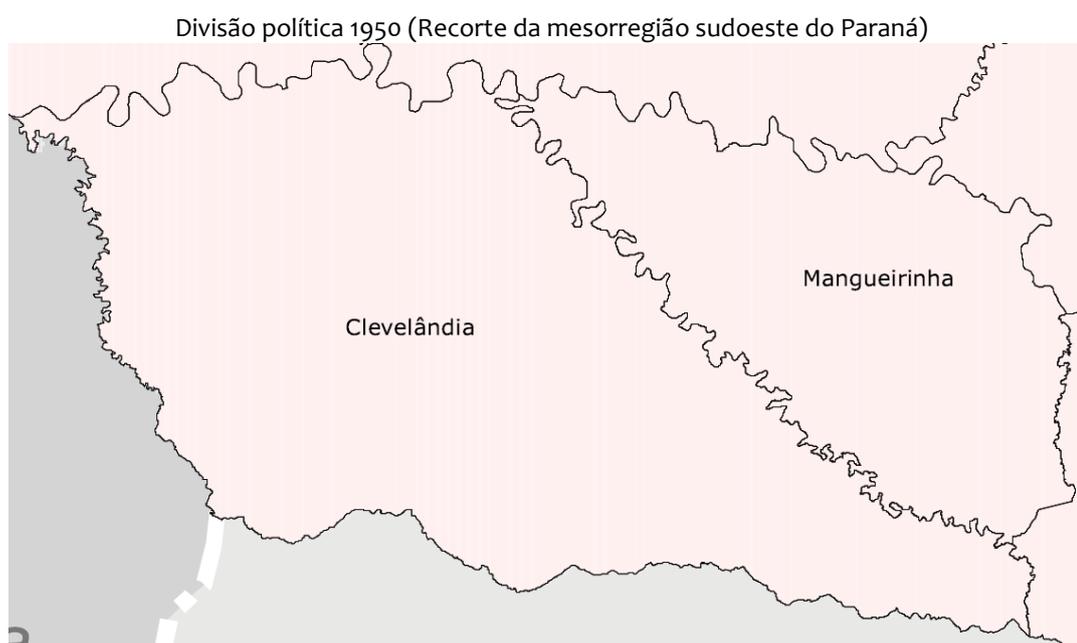
⁶ Citado por Vorpapel, s/d, p. 03.

sucedido, dentre os vários problemas sociais entre posseiros e suas terras ocorridos dentro do território nacional.

Aspectos a considerar sobre a “reforma agrária” na região

Primeiramente precisamos deixar explícitas as diferenças entre os conceitos de estrutura agrícola, fundiária e agrária. A estrutura agrícola está ligada à produção/produtividade, como tipo de produtos ofertados, capacidade tecnológica do setor e acesso aos mercados; a estrutura fundiária está ligada à terra, à distribuição das terras e seus respectivos tamanhos; e a estrutura agrária engloba os dois anteriores e outros aspectos como as relações sociais entre os atores que atuam sobre o território e as disputas que ocorrem (CORAZZA; MATINELLI Jr., 2002).

Dentre todos os conflitos que ocorreram na região, podemos caracterizá-los como uma mudança na estrutura agrária, pois havia disputas pelas terras, revoltas e a reunião dos colonos para reivindicar seus direitos (caracterizando aspectos sociais dos atores envolvidos); havia a produção de alimentos, a extração de recursos (tanto da terra, água, quanto madeira) e ainda a caracterização da “reforma” propriamente dita, com a divisão dos lotes de terras, principalmente para os colonos, mas também a divisão política dos municípios de Clevelândia e Mangueirinha em outros 26 municípios (1970), como pode ser analisado nos mapas a seguir:



Fonte: DGTC (1945); IPARDES, BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)



Fontes: ITCG; IPARDES, BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

Também se deve considerar que a região possui grande quantidade de pequenas propriedades rurais, devido à vinda dos migrantes e a tomada da posse após a resistência dos posseiros durante a revolta (AMANCIO, 2009, pg.500).

Após a explanação do contexto histórico basilar da revolta, podemos analisar alguns fatores. Sabendo que as terras foram doadas por ambos os governos para que fossem colonizadas, percebemos um caráter de jogo político de interesses sobre a região, a qual era rica em recursos madeireiros e possuía terras férteis para a agricultura. Antes da “marcha para o oeste” e de as pessoas começarem a se deslocar para a região, ali viviam caboclos e índios que sobreviviam da agricultura e da caça e coleta, os quais adentravam as matas em busca de sobrevivência (MONDARDO, 2008).

Segundo Colnaghi,

[...] parte da historiografia não vislumbra e, em alguns casos, até omite essa ocupação mais remota da região sudoeste, como se ela tivesse constituído um imenso vazio demográfico até a ocupação do ser humano branco, civilizado, empreendedor (COLNAGHI, 1984, p.02).

Portanto, quando as pessoas começaram a desmatar e a colonizar o espaço. Houve dois fatores críticos para a região: a morte ou expulsão dos caboclos e índios da região (o que caracteriza uma perda cultural para a região) e o forte desmatamento que destruiu a maior parte das matas de araucária e com isso acabou com o habitat de muitos

animais que viviam na região (principalmente a gralha azul e a onça pintada, animais em risco de extinção).

Contudo, depois de analisados esses fatores críticos, sabemos que houve um fator positivo ao final da revolta, que caracterizou uma espécie de reforma agrária da região sudoeste, onde foi implantado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) que titulou e regularizou lotes rurais e urbanos na região.

Tabela 01 – Procedência da população do Sudoeste do Paraná

| Procedência | Número de pessoas | Total (%) |
|--------------------|--------------------------|------------------|
| Amazônia | 35 | 0,01 |
| Nordeste | 71 | 0,02 |
| Sudeste | 594 | 0,21 |
| Centro-Oeste | 123 | 0,04 |
| Paraná | 93.558 | 33 |
| Santa Catarina | 68.647 | 24,22 |
| Rio Grande do Sul | 120.117 | 42,37 |
| Exterior | 368 | 0,13 |
| Total | 283.513 | 100 |

Fonte: Censo Demográfico – 1970 – Paraná – IBGE⁷

Como mostra a tabela acima, podemos considerar que houve um crescimento e diversificação cultural no Sudoeste, caracterizada pela vinda de diferentes colonizadores, de diferentes estados (principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e de diferentes descendências (principalmente italianos e alemães) que trouxe alguns benefícios como a troca de experiências, principalmente na troca de técnicas para a agricultura e a troca de receitas para novas comidas típicas de outras descendências.

⁷ Citado por LAZIER, 1997, p.93.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia na região três classes sociais distintas no espaço rural. A primeira ligada à classe agricultora ou camponesa (posseiros), a qual possuía o objetivo de explorar a agricultura na região. A segunda classe eram os latifundiários (grandes proprietários e/ou madeireiros), a qual possuía o objetivo de extrair toda a riqueza madeireira da região e se aproveitar da venda das terras através da grilagem (COLNAGHI, 1984, p.82). A terceira classe eram os caboclos e índios que viviam na região antes mesmo da chegada dos colonos e das companhias.

Portanto, o governo e seu movimento “marcha para o oeste” não considerou como "população" os índios e caboclos que viviam nesta região antes da chegada dos brancos “civilizados”, fazendo com que estes se retirassem da área no momento em que a "civilização" chegou com o desmatamento e disputa pela posse da terra.

A “marcha para o oeste” trouxe o deslocamento de muitas famílias para a região sudoeste do Paraná, vindas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em busca de ocupar um pedaço de terra para sua sustentação familiar. A titulação dos lotes de terras em 1962 trouxe a garantia da posse da terra e dava mais incentivo às famílias para viverem neste local e perpetuar sua cultura.

As famílias gaúchas e catarinenses deslocadas para essa região proporcionaram uma maior diversificação cultural e de técnicas, produzindo-se assim uma grande interação social entre as famílias e um compartilhamento de conhecimentos e técnicas entre os mesmos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo: 1981. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.

AMANCIO, Silvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 499-505, 2009.

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JR, Orlando. **Agricultura e a Questão Agrária na História do Pensamento Econômico**. Teoria e Evidência Econômica, v. 10, n. 19, 2002.

ESPIG, Márcia Janete. **O “polvo” e seus “tentáculos”: A organização da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e sua aquisição pela Brazil Railway Company**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)**. Base física e política. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25>. Acessado em: 11 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E PESQUISA (IBGE). **Censo demográfico**. Paraná, 1970.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. Curitiba. SECE/BPP. 2 ed. 1997.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 2, n. 3 – UFGD – Dourados Jan/Jun 2008.

PECOITS, Walter. 1978. “Entrevista à revista Atenção” ano 1, n. 2, Curitiba.

PEGORARO, Éverly. **Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações**. Revista IDeAS, v. 2, n. 1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

VORPAGEL, Edvino Knäsel. **A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957**. Maringá, s/d. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/300-2.pdf>>. Acessado em: 8 maio 2017.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.